

A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CONCEPÇÕES EM MOVIMENTO

THE NATIONAL LITERACY POLICY AND
THE NATIONAL CURRICULAR COMMON BASE:
CONCEPTIONS IN MOVEMENT

LA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZACIÓN
Y LA BASE DEL CURRÍCULO COMÚN NACIONAL:
CONCEPCIONES EN MOVIMIENTO

Ricardo Luiz Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense
rlb@unescc.net

Nazaré Nunes Barbosa Cesa

Instituto Federal Catarinense
nazare.cesa@ifcc.edu.br

RESUMO

A alfabetização é de extrema importância para construção social do indivíduo; espaço de excelência em que a criança dá os primeiros passos em direção a uma sociedade letrada. Logo, atentar-se para os fatores que influenciam neste processo é primordial. Diante disso, o objetivo desse estudo é analisar a Política Nacional de Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular para verificarmos as consonâncias e/ou divergências existentes entre os referidos documentos no que concerne à concepção de alfabetização, ao tempo e ao método de alfabetização, estabelecendo, ainda, um paralelo com estudos teóricos que versam sobre o assunto. Utilizou-se como referencial de análise as contribuições de Soares (2004, 2005, 2016, 2019, 2020); Dangió e Martins (2018); Dehaene (2012, 2013); Lemle (2009); Mortatti(2006); Scliar-Cabral (2012), entre outros necessários para a completude da pesquisa. Como metodologia utilizou-se abordagem qualitativa com fundamentos na Revisão de Literatura e na Pesquisa Documental. Analisou-se os tópicos: concepção, método e tempo de alfabetização defendidos pelos dois documentos, estabelecendo paralelo com teóricos que embasaram o trabalho. A análise apontou que há divergências quanto à concepção e também ao método de alfabetização adotados, porém, quanto ao tempo de alfabetização, os documentos concordam que o processo formal deve iniciar no 1º ano do Ensino Fundamental e pode acontecer até o 2º ano. Ainda, ambos ressaltam a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento das habilidades necessárias à aprendizagem da leitura e da escrita.

Palavras chave: Alfabetização. PNA. BNCC.

ABSTRACT

Literacy is extremely important for the social construction of the individual; space of excellence where children take their first steps towards a literate society. Therefore, paying attention to the factors that influence this process is essential. Therefore, the objective of this study is to analyze the National Literacy Policy and the National Common Curricular Base to verify the consonances and/or divergences between the aforementioned documents regarding the conception of literacy, the time and the method of literacy, establishing, also, a parallel with theoretical studies that deal with the subject. The contributions of Soares (2004, 2005, 2016, 2019, 2020) were used as a reference for analysis; Dangió and Martins (2018); Dehaene (2012, 2013); Lemle (2009); Mortatti (2006); Scliar-Cabral (2012), among others necessary for the completeness of the research. As a methodology, a qualitative approach was used based on Literature Review and Documentary Research. The topics were analyzed: conception, method and time of literacy defended by the two documents, establishing parallels with theorists who supported the work. The analysis pointed out that there are divergences regarding the conception and also the literacy method adopted, however, regarding the literacy time, the documents agree that the formal process should begin in the 1st year of Elementary School and can happen until the 2nd year. Furthermore, both emphasize the importance of Early Childhood Education for developing the skills necessary for learning to read and write.

Keywords: Literacy. PNA. BNCC.

RESUMEN

La alfabetización es sumamente importante para la construcción social del individuo; espacio de excelencia donde los niños dan sus primeros pasos hacia una sociedad alfabetizada. Por tanto, prestar atención a los factores que influyen en este proceso es fundamental. Por lo tanto, el objetivo de este estudio es analizar la Política Nacional de Alfabetización y la Base Curricular Común Nacional para verificar las consonancias y/o divergencias entre los documentos antes mencionados en cuanto a la concepción de la alfabetización, el tiempo y el método de alfabetización, estableciendo, además, un paralelo con los estudios teóricos que abordan el tema. Se utilizaron como referencia para el análisis los aportes de Soares (2004, 2005, 2016, 2019, 2020); Dangió y Martins (2018); Dehaene (2012, 2013); Lemle (2009); Mortatti (2006); Scliar-Cabral (2012), entre otros necesarios para la exhaustividad de la investigación. Como metodología se utilizó un enfoque cualitativo basado en la Revisión de la Literatura y la Investigación Documental. Se analizaron los temas: concepción, método y época de la alfabetización defendidos por los dos documentos, estableciendo paralelismos con los teóricos que sustentaron el trabajo. El análisis señaló que existen divergencias en cuanto a la concepción y también al método de alfabetización adoptado, sin embargo, en cuanto al tiempo de alfabetización, los documentos coinciden en que el proceso formal debe iniciarse en el 1º año de la Escuela Primaria y puede extenderse hasta el 2º año. Además, ambos enfatizan la importancia de la Educación Infantil para desarrollar las habilidades necesarias para aprender a leer y escribir.

Palabras clave: Alfabetización. ANP. BNCC.

1 INTRODUÇÃO

A leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para a inserção do indivíduo em uma sociedade letrada. É na alfabetização que se iniciam os primeiros passos para essa inserção. Segundo a BNCC (2018, p. 76), “aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social.”

No entanto, para que a criança desenvolva as habilidades necessárias para aquisição proficiente de leitura e de escrita, o processo inicial da alfabetização tem papel fundamental, pois se tiver dificuldades nos primeiros anos de escola, há grandes chances de sofrer atrasos no desenvolvimento

da alfabetização posteriormente, o que poderá dificultar o seu acesso a situações comunicativas, e à aquisição de novos conhecimentos. Decorrente dessa situação tem-se que o analfabetismo está fortemente relacionado às condições adversas da vida, gerando pobreza e, conseqüentemente, vulnerabilidade social. Uma criança, ao aprender a ler e a escrever aprende também a agir sobre o mundo, o que lhe permite trilhar caminhos em busca de uma vida mais justa e igualitária.

Dito isso, há que se ressaltar, no entanto, que o Brasil não tem apresentado resultados satisfatórios nos índices de alfabetização. Apesar de apontarem certa recuperação, os números apresentados ainda são preocupantes, visto que os resultados das avaliações nacionais, aplicadas nas escolas públicas, revelaram que grande parte dos alunos, mesmo após os três anos de escolarização, apresentaram níveis insuficientes para a idade. Este cenário reflete que ainda são necessários estudos e esforços contínuos para que a alfabetização venha a ser a base para uma educação construtiva.

Para contribuir com esses estudos, apresentamos o presente artigo, cujo objetivo geral é analisar a Política Nacional de Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular para verificarmos as consonâncias e/ou divergências existentes entre os referidos documentos no que concerne à concepção de alfabetização, ao tempo e ao método de alfabetização, estabelecendo, ainda, um paralelo com estudos teóricos que versam sobre o assunto.

A motivação para realização deste trabalho foi poder contribuir com um tema que, apesar da extrema relevância social, ainda apresenta suas fragilidades. A intenção é que, ao concluir o trabalho, seja possível identificar-se alguns elementos que venham a corroborar a eficácia do trabalho pedagógico com a alfabetização, de modo a contribuir para que a escola possa chegar mais perto de garantir aos brasileiros o direito de participação na cultura letrada.

Para tanto, será empreendida uma pesquisa documental baseada na Política Nacional de Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular, doravante PNA e BNCC, respectivamente. A pesquisa bibliográfica também será utilizada e será mediada por autores referenciais na temática abordada como: Soares (2004, 2005, 2016, 2019, 2020); Dehaene (2012, 2013); Scliar-Cabral (2012); Dangiό e Martins, (2018); Mortatti (2006); entre outros.

2. UM BREVE PANORAMA SOBRE CONCEPÇÃO, MÉTODO E TEMPO DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

2.1 CONCEPÇÃO E MÉTODO DE ALFABETIZAÇÃO

Ao longo de sua história, a alfabetização vem passando por mudanças significativas, seja em relação à concepção sobre o que é ser alfabetizado, seja em relação à melhor metodologia para se alfabetizar. De acordo com Silva, Arruda e Leal (2013), há hoje no Brasil três maneiras diferentes de conceber o processo de alfabetização: *alfabetização como ensino de um código*, *alfabetização por imersão nas práticas de letramento* e, ainda, *alfabetização na perspectiva do letramento*.

Para as abordagens que defendem a alfabetização como o ensino de um código “a escrita é vista como um código de transcrição das unidades sonoras em unidades gráficas.” (MACEDO; ALMEIDA; TIBÚRCIO, 2017, p. 227). Neste sentido, também a língua é vista como um código, e seu ensino é baseado em ações de codificar e decodificar, o que torna o processo de ensino-aprendizagem mecânico e descontextualizado. É um tipo de ensino cuja abordagem prioriza, primeiramente, o ensino das letras, fonemas e sílabas antes do trabalho com textos reais, que circulam na sociedade. Para isso, segundo (LEAL, 2022, p. 165):

Há uma prescrição de ordem de apresentação das palavras e textos em função das complexidades silábicas e letras trabalhadas, assim como da quantidade de palavras dos textos criados para alfabetizar. Também há um controle sobre os tipos de atividades a serem vivenciadas em sala de aula, com predominância de atividades que se repetem, havendo apenas mudanças nos padrões silábicos a serem trabalhados, assim como, no caso específico dos métodos fônicos, ênfase nas tarefas de segmentação fônica.

Neste tipo de concepção o aprendizado da escrita prioriza uma abordagem com foco na associação explícita e predominante entre letras e sons para a concretização do princípio alfabético, ficando em segundo plano, uma abordagem textual de alfabetização. Importante ressaltar que esta concepção de alfabetização é oriunda de um tempo em que se considerava alfabetizada a pessoa que soubesse escrever e ler o seu próprio nome ou que conseguisse escrever um simples bilhete (SILVA *et al.*, 2007).

Por outro lado, com a chegada dos estudos sobre o letramento, que receberam forte apoio de muitos pesquisadores e educadores, houve uma mudança no conceito do que seja uma pessoa alfabetizada. Agora, o domínio do código já não é mais suficiente, e a alfabetização já não mais se resume à aprendizagem e à apropriação das regularidades da língua, passando a ser percebida como um processo amplo e multifacetado.

Magda Soares, referência em alfabetização e letramento, apresenta uma concepção de alfabetização para além da codificação e decodificação, em que alfabetizado é o indivíduo que seja capaz de usar o código aprendido nas mais variadas situações comunicativas, seja oral ou escrita, e de forma real e objetiva. Para isso, a autora destaca que o processo de alfabetização esteja sempre voltado ao desenvolvimento das competências e habilidades textuais-discursivas dos alunos (SOARES, 2004, 2015, 2016 e 2020). Seguindo a linha de Magda Soares, (NUNES, 2008, p. 117), também se reporta ao novo conceito de alfabetização:

Hoje acreditamos que alfabetização é um processo mais amplo e abrangente, não significa ultrapassar o domínio do código apenas. A técnica de escrever vai além do conhecimento do alfabeto, da combinação de letras, de sílabas e de frases, estar alfabetizado ultrapassa o domínio do código escrito, envolve uma questão maior: o letramento, onde o aluno é capaz de reconhecer e relacionar as informações variadas e especialmente organizadas nos diferentes tipos de textos presentes nas diversas práticas sociais ligadas à escrita.

Assim, nesta perspectiva, estar alfabetizado sugere ter o domínio significativo da leitura e da escrita de modo a estar apto a movimentar-se em situações concretas do dia a dia, em vivências reais das práticas sociais, nas mais diversas esferas comunicativas de uma sociedade letrada.

2.2 MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Os debates sobre os métodos de alfabetização ocuparam um papel primordial no decorrer da história da educação no Brasil. Neste cenário, se apresentavam os métodos Sintéticos e os Analíticos, engendrando uma dualidade que os classificava ora como “tradicionais” ora como “inovadores”. Esses debates sempre foram alimentados pela esperança de “descobrir” qual seria o melhor método para alfabetizar, porém, apesar disso, foi também uma questão alimentada por muitas polêmicas e poucos consensos. Assim, o campo da alfabetização no Brasil é marcado pela disputa entre diferentes métodos, na qual se intercambiavam os métodos Sintéticos e os Analíticos (DANGIÓ E MARTINS, 2018).

Os métodos de marcha sintética preveem o ensino da “parte” para o “todo”: da soletração (alfabético), iniciando com o nome das letras; fônico (iniciando pelos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão dos sons), iniciando pelas sílabas (MORTATTI, 2006). Nesses métodos a premissa maior é que a criança primeiro aprenda o processo de decodificação e decodificação para que, posteriormente, em fase mais avançada, compreenda o processo da leitura e da escrita. Seguindo o raciocínio desses métodos, para a aprendizagem da escrita alfabética é necessário que a criança tome conhecimento da letra e de seu respectivo som, ou seja, deve relacionar a marca gráfica ao seu conteúdo simbólico (DANGIÓ E MARTINS, 2018).

Neste sentido, Dehaene (2012), considera que: “O reconhecimento global das palavras não repousa sobre a apreensão global de seu contorno, mas, sim, sobre a decomposição em elementos mais simples, as letras e os grafemas (DEHAENE, 2012, p. 242)”. As postulações deste autor estão em consonância com o defendido por Scliar-Cabral (2013), quando esta autora argumenta que é necessário o reconhecimento dos traços e das letras e a suas representações mais abstratas em grafemas¹ relacionando-as aos seus respectivos sons (fonemas) para, em seguida, reconhecer a palavra e o seu significado básico. Dessa forma, segundo (LEMLE, 1988, p. 244), “quem aprender a ler e a escrever, é capaz de ler e escrever coisas novas, desenvolvendo um saber racional e ilimitadamente criativo”. A partir destas condições, segundo a autora, a criança terá a liberdade de, cada vez mais, ter acesso a novas palavras, tornando-se mais autônoma em relação à leitura e à escrita.

Ressaltamos que autores como Dehaene (2012) e Scliar-Cabral (2013) respaldam a sua posição em defesa do método fônico, uma das vertentes dos métodos de marcha sintética, baseados em evidências fornecidas pela neurociência. Esses autores utilizam as novas tecnologias de imagens cerebrais para fazer o rastreamento dos neurônios, o que, segundo eles, permite identificar de que forma acontecem a leitura e a escrita no cérebro humano e, a partir daí, identificar-se o meio mais adequado para facilitar o processo de aprendizagem.

No contraponto, tem-se os métodos analíticos, nos quais o processo de alfabetização, contrário aos métodos de marcha sintética, deve acontecer do ‘todo para as partes’, assim, “têm como ponto de partida unidades linguísticas maiores como palavras, frases ou pequenos textos para depois conduzir a análise das partes menores que as constituem, como as letras e as sílabas (FONTES *et.al*, 2013 p. 4)”. Esses métodos definem-se a partir de três denominações: método da palavração, método da sentencição e método global.

No ensino por meio do método de palavração, é proposto que a criança forme um repertório de palavras para, posteriormente, elaborar frases e pequenos textos. Assim, prioriza a palavra como unidade significativa. Já no método por sentencição, o ensino deve iniciar pela frase, uma unidade significativa mais completa. Esse método se baseia sobremaneira na oralidade das crianças, da qual colhe orações simples para o trabalho de alfabetização. No método global, por outro lado, o processo de alfabetização inicia por um pequeno texto que deve ser memorizado e compreendido pela criança, extraindo daí o sentido geral do que ela “leu”. Somente após esse processo, suas sentenças são analisadas e as palavras identificadas. Em síntese, no processo de alfabetização em que os métodos analíticos são empregados as habilidades priorizadas são: a compreensão, o sentido e o reconhecimento global das palavras, das sentenças e dos textos. (FRADE, 2005 *Apud* DANGIÓ E MARTINS, 2018).

1 Letra e *grafema* são termos que apresentam uma sutil distinção conceitual. Letra é um termo mais genérico, com um significado mais amplo. *Grafema* é um termo mais técnico que pretende dimensionar um caráter mais abstrato para as unidades escolhidas para grafar os sons. Nesta direção, diferentes tipos de letras podem registrar um mesmo *grafema*. (CARVALHO, G s/d.)

Ressaltamos aqui o que dispõe a professora Magda Soares sobre os métodos de alfabetização. Para ela, no processo de alfabetização, há que se pensar que os métodos são uma questão e não a questão da/na e para a alfabetização. De acordo com a autora, eles devem se constituir:

“[...] conjuntos de procedimentos fundamentados em teorias e princípios linguísticos e psicológicos, mas suficientemente flexíveis para que na prática pedagógica possam superar as dificuldades interpostas por fatores externos que interfiram nas aprendizagens dos alfabetizandos”. (SOARES, 2016, p. 53).

Neste ponto, para corroborar com as ideias da autora, trazemos à cena o exemplo da cidade de Sobral, no Ceará, que tem 95% dos alunos do 5º ano com conhecimento adequado em português. Esse resultado é muito superior à média brasileira que, segundo a Prova Brasil 2017, é de 56%. Para isso, as escolas adotam práticas de diferentes métodos que os alfabetizadores considerem adequados sem, contudo, adotar formalmente nenhum método. (IDOETA, 2020).

Neste contexto, pode-se pensar os métodos como procedimentos de interação entre os professores e os alfabetizandos que se concretizam nas relações nas salas de aula, sob condições variadas, que devem ser levadas em conta durante o processo de alfabetização.

2.3 TEMPO DE ALFABETIZAÇÃO

Outro tópico de grande discussão no campo da educação é a idade limite para que as crianças sejam alfabetizadas. Isso porque há uma certa insegurança, tanto por parte dos pais quanto dos alfabetizadores, quanto à expectativa de em quanto tempo de escola a criança deve estar alfabetizada. Essa insegurança advém do fato que alguns documentos oficiais, bem como estudiosos da alfabetização estabelecem metas diferentes em relação ao tema.

O que se tem de concreto é que hoje, formalmente, o processo de alfabetização no Brasil começa por volta dos 6 anos de idade, quando a criança inicia o Ensino Fundamental. (BRASIL, 2017). Porém, no tocante à sua finalização, ainda há divergências. O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2013) entendem que o processo pode se desenvolver até o 3º ano do Ensino Fundamental, ou seja, até os 8 anos de idade.

Para João Batista Araujo e Oliveira, do Instituto Alfa e Beto, um ano é “mais do que suficiente para alfabetizar uma criança”. Segundo ele, ao final do primeiro ano do Ensino Fundamental a criança já deve apresentar uma noção razoável de ortografia e fluência. (IDOETA, 2020). Nessa mesma esteira, também Dehaene, em palestra ministrada em 2012, alega que em idiomas transparentes², que é o caso do português, em um ano a criança já deve estar lendo e escrevendo corretamente. Como se pode perceber há um impasse em relação ao tempo ideal para que uma criança complete o seu processo de alfabetização. Por outro lado, Soares (2016) alega que determinar-se o “início” ou o “término” para o processo de alfabetização é algo arbitrário, visto que não tem respaldo científico, nem pedagógico em relação aos processos envolvidos na aprendizagem das crianças.

Encerrado o referencial teórico, a seguir apresentamos a pesquisa documental, na qual serão apresentados os dois documentos oficiais ora analisados de modo a estabelecer uma análise comparativa entre as orientações pedagógicas propostas para a alfabetização. Para seguir a ordem temporal em que cada documento foi instituído, iniciaremos a apresentação pela BNCC.

2 Línguas transparentes são aquelas que têm correspondência entre letra e som bastante clara e línguas opacas, aquelas com muitas exceções e ambiguidades em relação às regras de correspondência entre letra e som.

3. APRESENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA)

3.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A BNCC é um documento oficial do Ministério da Educação que teve suas primeiras discussões em 2015, sendo debatida por diversos governos e gestões, e recebeu contribuições oriundas de consultas e audiências públicas. Sendo assim, os agentes da educação puderam dar a sua contribuição na 1ª versão do documento. Já no ano de 2016, deu-se o início à 2ª versão, com a participação de todos os estados da federação, em que educadores e alunos tiveram a oportunidade de analisar o documento detalhadamente. Em 2017, o Conselho Nacional da Educação (CNE), por meio de seminários regionais, definiu a 3ª versão, que foi homologada em 20 de dezembro do mesmo ano pelo Ministério da Educação. Por ser um documento previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³ e no Plano Nacional de educação (PNE)⁴, a BNCC é obrigatória e, sendo assim, deve ser seguida pelos currículos de todas as redes de educação, em âmbito nacional, sendo elas públicas ou privadas. (BRASIL, 2017).

De caráter normativo, a BNCC define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante as etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que sejam garantidos seus direitos de aprendizagem, previstos no PNE, cujos preceitos afirmam “ a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades” (BRASIL, 2017, P. 12). Embasam ainda este documento, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN), que buscam fomentar os sistemas educativos municipais, estaduais e federal de instrumentos que possam garantir a todas as crianças jovens e adultos, respeitadas as diferentes condições sociais, culturais, emocionais, físicas e étnicas, o direito à educação plena. (BRASIL, 2013).

3.2 A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) foi instituída pelo decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, do Ministério da Educação (MEC), e vem com o propósito de ser um marco na educação brasileira. Para a elaboração do documento, foi composto um grupo de trabalho formado por representantes da Secretaria de Alfabetização (SEALF), da Secretaria de Educação Básica (SEB), da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), da Secretaria Executiva (SE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, ainda, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Segundo o MEC, o GT analisou a situação atual da alfabetização no Brasil por meio de audiências com os representantes da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), contando ainda com a contribuição de

3 BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 03/12/2021

4 O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 03/12/2021

renomados estudiosos da área. Porém, Maciel (2019), em estudo apresentado no II Fórum de Alfabetização, no qual analisa a PNA, alega que as audiências não chegaram a ocorrer conforme apontadas pelo MEC e que, diferentemente do que ocorreu com a BNCC, outros atores importantes da sociedade envolvidos com o tema não chegaram a ser consultados, nem foram verificadas experiências frutíferas já empreendidas nas escolas, que possam vir a contribuir com uma teoria do ensino-aprendizagem do processo de alfabetização das crianças.

Ainda assim, o objetivo do documento é buscar a melhoria da qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro. Para tanto, são estabelecidos seis componentes essenciais que devem permear os bons currículos e as “boas práticas de alfabetização”, as quais devem ser baseadas em evidências científicas, ou seja, sempre considerando os resultados mais robustos das pesquisas científicas, os quais são: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e a produção de escrita. Segundo seus idealizadores, esses elementos correspondem a habilidades e competências fundamentais para o sucesso no ensino da leitura e da escrita durante o processo de alfabetização. (BRASIL, 2019, p. 20).

O documento faz menção ainda aos marcos históricos e normativos importantes que marcaram a história da alfabetização no cenário nacional. Dentre eles pode-se destacar a constituição de 1988, os PNEs (2001-2010 e 2014-2024), a BNCC (2017) e, ainda, o documento Aprendizagem Infantil, de 2011, que já tratava da questão da aprendizagem baseada em evidências, o qual foi instituído como uma tentativa de resposta a um relatório feito em 2003, segundo qual, os currículos e a formação de professores referentes à alfabetização não acompanharam a evolução científica e metodológica ocorrida em todo o mundo (BRASIL, 2019, p.15). A política pretende atuar em colaboração com os estados, municípios e o Distrito Federal, porém, segundo o documento a adesão será voluntária e, ainda, a União “poderá” prestar assistência técnica e financeira aos entes federativos. (BRASIL, 2019, p. 54).

Concluída a apresentação dos dois documentos, é importante destacar que qualquer política pública nunca vem apartada das ideias, desejos ou opiniões daqueles que as estabelecem. Sendo assim, é de extrema importância que sejam analisadas em todos os seus aspectos antes de serem plenamente acatadas ou rechaçadas.

4. METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O presente tópico apresenta a análise comparativa entre as orientações pedagógicas para a Alfabetização presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Política Nacional de Alfabetização (PNA), bem como contrapõe esses documentos ao que dispõem os teóricos que se debruçam sobre o tema. Ressalta-se que entre os assuntos tratados nos dois documentos no que concerne ao processo de alfabetização, foram destacados aqueles que, por serem os mais polêmicos, julgamos mais pertinentes à análise. Os quais são: concepção de alfabetização; método de alfabetização; tempo de alfabetização.

Como metodologia, foi utilizada a abordagem qualitativa com fundamentos na Revisão de literatura e na Pesquisa Documental, concepção segundo a qual “o fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual faz parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada.” (GODOY, 1995, p. 21). Essa metodologia nos possibilitou fazer uma leitura crítica sobre o que propõem a BNCC e a PNA para a alfabetização no Brasil, bem como estabelecer um diálogo com os teóricos que ao longo dos anos vêm discutindo o tema no país.

4.1 CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO NA PNA

Em relação à concepção de alfabetização, a PNA segue os princípios de alfabetização como a aprendizagem de um código. Neste sentido, a língua também é vista como um código apenas e, sendo assim, as práticas de leitura e escrita resumem-se a processos de codificar e decodificar, o que, dependendo da atuação do professor, torna o ato de ensinar mecânico e descontextualizado. Neste tipo de concepção o aprendizado da escrita, prioriza uma abordagem com foco na associação explícita e predominante entre letras e sons para a concretização do princípio alfabético, ficando em segundo plano, uma abordagem textual de alfabetização.

Tais aspectos podem ser observados quando o documento defende a aprendizagem das capacidades de decodificação, codificação e memorização, bem como aspectos voltados ao controle de palavras, textos e, ainda, o tempo de leitura. Assim, para a PNA o processo de alfabetizar é:

no primeiro ano do ensino fundamental, ensinar explicitamente o princípio alfabético e as regras de decodificação e de codificação que concretizam o princípio alfabético na variante escrita da língua para habilitar crianças à leitura e soletração de palavras escritas à razão de 60 a 80 palavras por minuto com tolerância de no máximo 5% de erro na leitura. (BRASIL, 2019, p. 18).

Com isso, para iniciar a aprendizagem da leitura, a PNA defende o ensino sistemático, moldado por etapas fixas, que devem partir das unidades menores da língua para as maiores, conferindo destaque à letra, ao fonema ou a sílaba como unidades linguísticas, como pode se ver em:

[...] para serem bem-sucedidos [os leitores iniciantes], devem aprender de início como funciona o sistema alfabético de escrita: as formas, os sons e o nome das letras, como as letras representam sons separados nas palavras e como dividir as palavras faladas nos menores sons representados pelas letras. (BRASIL, 2019, p. 26).

Na sequência, o documento se reporta à importância do desenvolvimento das consciências fonológica e fonêmica, como fundamentais ao processo de alfabetização “O ensino do conhecimento fônico se mostra eficaz quando é explícito e sistemático (com plano de ensino que contemple um conjunto selecionado de relações fonema-grafema, organizadas em sequência lógica).” (BRASIL, 2019, p. 33).

Com esses encaminhamentos teóricos e metodológicos, a PNA encontra-se amparada por autores nacionais e estrangeiros, os quais defendem um processo de alfabetização baseado nas “evidências científicas”, lançando mão dos pressupostos da Psicolinguística e das Neurociências. (SCLIAR-CABRAL, 2013; DEHAENE, 2012, 2013).

Segundo Monteiro, a área do conhecimento na qual se assentam os autores acima citados é uma importante referência para as práticas iniciais da aprendizagem da língua escrita, porém, faz um alerta sobre a ação pedagógica que, nas suas palavras “não pode ser promovida a partir de um único referencial teórico, como também os seus resultados não podem ser assim analisados.” (MONTEIRO, 2019, p. 41).

De fato, uma concepção de alfabetização que prioriza apenas o “ensino das habilidades cognitivas individuais de leitura e de escrita em um sistema alfabético” (BRASIL, 2019, p.18), pode tornar-se um tanto reducionista quando comparado a um processo com tantas facetas quanto ao de alfabetização.

Assim, em relação a isso, a PNA deixa de lado outros autores que também são referência no assunto, como Magda Soares, que defende o ensino do sistema de escrita alfabética aliado ao letramento. Para ela, pelo caráter multifacetado do processo de alfabetização, em que vários aspectos estão envolvidos, é necessário trabalhar-se a linguagem de maneira irrestrita, sem enfatizar um aspecto em detrimento de outro, e acrescenta:

[...] os conhecimentos que atualmente esclarecem tanto os processos de aprendizagem quanto os objetos de aprendizagem da língua escrita, e as relações entre aqueles e estes, evidenciam que privilegiar uma ou algumas facetas, subestimando ou ignorando outras, é um equívoco, um descaminho no ensino e na aprendizagem da língua escrita, mesmo em sua etapa inicial. (SOARES, 2020, p. 68).

Ainda chama atenção o fato de a PNA substituir o termo letramento pelo termo literacia, o que parece desconsiderar as pesquisas científicas que apostam numa proposta de ensino indissociável das práticas de letramento. Abordagem essa que, segundo a professora Magda Soares:

Além de construir seu conhecimento e domínio do sistema ortográfico, o aprendiz da língua escrita também deve construir o conhecimento e uso da escrita como discurso, isto é, como atividade real de enunciação, necessária e adequada a certas situações de interação, e concretizada em uma unidade estruturada – o texto – que obedece a regras discursivas próprias (recursos de coesão, coerência, informatividade, entre outros). (SOARES, 2005, p. 105).

Por fim, é válido ressaltar que, em que pese a importância do desenvolvimento das habilidades cognitivas individuais, bem como conhecer o funcionamento do sistema de representação da escrita, é também fundamental levar-se em conta o caráter discursivo e enunciativo da língua, bem como a sua função sociointerativa.

4.2 CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO NA BNCC

O documento da BNCC apresenta uma concepção de alfabetização na perspectiva do letramento, assim a aprendizagem da leitura e da escrita visa a aquisição dos sistemas de escrita e habilidades de leitura, orientadas também para a produção de textos. Neste sentido, o documento menciona as práticas sociais de leitura e escrita e a oralidade, incluindo ainda o uso das TICs. (BRASIL, 2018). Pode-se perceber que essa concepção de alfabetização favorece o uso associado de práticas pedagógicas que desenvolvem o processo de alfabetização aliado à prática social da leitura e da escrita. Assim, ao assumir uma perspectiva enunciativa da linguagem, postulando-a como uma atividade humana que faz parte do processo de interação entre as pessoas, a BNCC está em consonância com os PCNs.

Dessa forma, assim como nos PCNs, na BNCC o trabalho de alfabetização toma a centralidade do texto como unidade de ensino, levando sempre em conta a sua função social, o que pressupõe um trabalho de alfabetização a partir de textos reais que circulam na sociedade. Nessas considerações, a BNCC permite um diálogo entre diferentes abordagens metodológicas, o que favorece uma variedade de aprendizados sobre o processo de ensino no campo da alfabetização.

Embora, segundo especialistas, existam algumas oscilações nesse documento, os princípios que o norteiam são contrários à abordagem da alfabetização como um código, visto que estabelece o letramento como primordial ao processo de alfabetização. Assim, a BNCC defende a centralidade do texto, considerando-a sempre a partir da leitura e da produção de textos autênticos no processo de alfabetização. Dessa forma:

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (BRASIL, 2018, p. 67).

É necessário salientar a aproximação entre a PNA e a BNCC em relação ao processo inicial da alfabetização, visto que ambos preveem que este se dê a partir do ensino das letras. O que fica posto quando a BNCC defende que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica:

Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (BRASIL, 2018, p. 89-90).

Ainda assim, de modo geral, a BNCC parece estar um passo à frente, na medida em que trata o alfabetizar-se não apenas como apropriar-se do sistema alfabético, mas, antes, apropriar-se do sistema de escrita da língua, o qual se dá pela perspectiva do letramento, e busca contemplar as diferentes facetas envolvidas no processo de alfabetização. (SOARES, 2016). Dadas as considerações sobre a concepção de alfabetização constantes nos dois documentos, avançaremos agora em direção ao segundo tópico elencado para a análise, o método de alfabetização. Essa sequência é necessária visto que a adoção de um método ou outro está, geralmente, relacionada ao conceito de alfabetização no qual se baseia.

4.3 MÉTODO DE ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA PNA E DA BNCC

Neste tópico discorreremos sobre o que propõem a PNA e a BNCC em relação aos métodos de alfabetização reportando-nos concomitantemente ao que dizem os especialistas sobre o assunto. A PNA, apesar de não defender explicitamente o método fônico, dá destaque à ciência cognitiva da leitura como a proposta “mais vigorosa sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e como é possível ensiná-las de modo mais eficaz” (BRASIL, 2019, p.16), perspectiva esta que procura indicar evidências de uma ciência única, a cognitiva da leitura que, segundo o documento, “se ocupa especialmente dos processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem e no ensino das habilidades de leitura e escrita”. (BRASIL, 2019, p.20). Assim, pode-se perceber, ainda que de forma implícita, que a PNA divulga método fônico, o que é corroborado quando o documento dá ênfase a estudos que priorizam uma única abordagem para a alfabetização:

Nos Estados Unidos, o primeiro grande relatório científico sobre o tema foi produzido por Jeanne Chall, professora da Universidade Harvard, que publicou em 1967 o livro *Learning to Read: The Great Debate*. Nessa obra, Chall revelou quais abordagens eram mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita e concluiu pela abordagem fônica, que recomenda o ensino sistemático e explícito das relações entre grafema e fonema. (BRASIL, 2019, p. 16).

Neste sentido, podemos ver que a PNA dá ênfase às evidências científicas, indo ao encontro ao que defendem estudiosos como Scliar-Cabral (2013) e Dehaene (2013), cujos estudos apontam que o avanço na área científica, por meio de exames de neuroimagem, tem evidenciado o que ocorre no nosso cérebro e quais áreas são ativadas quando aprendemos a ler e a escrever. Segundo estes teóricos, os estudos em alfabetização têm apontado que o método fônico é o mais eficiente e que cada criança pode aprender a ler e a escrever em menos tempo. E, assim, defendem o ensino explícito e sistemático postulado pelo método, por meio do qual:

antes de uma palavra ser decodificada, uma série de operações cerebrais e mentais se encadeiam e, nessa trajetória, a palavra passa a ser dissecada 'em letras, bigramas, sílabas, morfemas. A leitura paralela e rápida não é senão resultado último, no leitor competente, de uma automatização dessas etapas de decomposição e recomposição. (DEHAENE, 2012, p. 236).

O autor ainda acrescenta que é primordial o ensino explícito da relação entre fonemas (sons) e grafemas (letras), pois dessa forma são ativados os circuitos necessários para ler novas palavras com maior autonomia e rapidez.

Também Dangió e Martins (2018), em consonância com os estudos da neurolinguagem, argumentam que para a aprendizagem da escrita alfabética é necessário que a criança relacione a letra ao seu respectivo som, sinalizando que a superação de outros métodos estudados ocorrerá “pela incorporação de alguns procedimentos do método fônico”. (DANGIÓ E MARTINS, 2018, p. 143). No entanto, alertam as autoras que o ensino se dê sobre bases contextualizadas, a partir de uma palavra significativa para a criança, sem que se pratique a soletração isolada da palavra. Neste sentido, também Dehaene se posiciona alegando que:

A decodificação e a compreensão caminham lado a lado: os alunos que sabem ler melhor as palavras e as pseudopalavras⁵isoladas são também os que compreendem melhor o conteúdo de uma frase ou de um texto. Bem entendido, aprender a soletrar a pronúncia de uma palavra não pode ser um fim em si mesmo. É bom que os livros escolares de hoje façam bem logo apelo a pequenos textos significativos mais que os chamados textos matraca *mimi mama mumu*. (DEHAENE, 2012, p. 245).

Ainda, os autores acima citados, em que pese defenderem o ensino sistemático, da parte para o todo, conforme postula o método fônico, previsto na PNA, chamam a atenção para o fato de que fatores sociais também devem ser considerados, uma vez que influenciam no processo de alfabetização.

Já a BNCC também dialoga com produções científicas educacionais, porém, ao contrário da PNA, não indica um único caminho a ser percorrido para que criança chegue à alfabetização. Dessa forma, o documento possibilita a utilização de múltiplas concepções pedagógicas, as quais, pode-se dizer, podem contribuir de modo mais abrangente para a compreensão dos fatores que compreendem o processo de alfabetização. Assim, a BNCC prevê que a aprendizagem inicial da língua escrita seja a apropriação, por parte do alfabetizando, dos princípios que regem o sistema alfabético de escrita e, para isso, há estudos que entendem que é preciso desenvolver primeiramente a consciência fonológica e, posteriormente, a consciência fonêmica, que é desenvolvida na presença da escrita, e não antes disso. Neste ponto, o documento apresenta estudos que defendem que para o processo de construção da língua é necessário:

Diferenciar desenhos/grafismos(símbolos)de grafemas/letras(signos); desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras(que chamamos de leitura “incidental”, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura; construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão; perceber quais sons se deve representar na escrita e como; construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos; perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação; até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica. (BRASIL, 2019, p. 91).

5 Pseudopalavras são palavras que não existem no léxico da língua e não têm qualquer significado, mas são pronunciáveis mais ou menos sem ambiguidade, segundo as regras fonotáticas.

Para a autora Magda Soares, considerar-se a consciência fonêmica como ponto de partida para a alfabetização, propondo-se um trabalho com fonemas isolados, é desconsiderar-se as outras facetas que não a linguística no ensino da língua escrita. Ela postula que, ao se iniciar a alfabetização pelo “ponto correto de partida”, considera-se os conceitos que a criança traz consigo sobre a língua escrita, pois é:

A partir deles que os alfabetizadores as orientam para que descubram, gradativamente, que a escrita é a representação da fala, algo que a humanidade levou milhares de anos para descobrir, e que a fala é segmentável. As crianças também descobrem, ao longo dessa metodologia de trabalho, que a escrita é a representação dos menores segmentos da fala: as sílabas. Depois, finalmente, chegam os fonemas, e aí se atinge o ponto de chegada: a aprendizagem sistemática e explícita das relações fonema-letras. Perceba que esse caminho de ensinamento respeita e acompanha o desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança. (SOARES, 2019, s/p).

Feitas essas considerações, pode-se perceber que a BNCC e a PNA preveem perspectivas diferentes para o processo de alfabetização. O que se pode considerar, no entanto, é que conhecer as letras e seus sons e, também, dominar as propriedades do sistema da língua, conforme defende a PNA, é algo necessário para a alfabetização, porém, é importante que o desenvolvimento dessas habilidades ocorra em contextos das práticas sociais, favorecendo a formação de leitores e escritores, conforme trazido pela BNCC.

Também é necessário enfatizar que nenhuma política ou perspectiva de alfabetização anterior no campo da alfabetização foi contrária à compreensão do funcionamento alfabético, relações entre fonemas e grafemas, para que a criança alcance a alfabetização, no entanto, a questão é sempre considerar os caminhos percorridos para isso, para que, segundo (SOARES, 2016), não se perca de vista a perspectiva da aprendizagem.

4.4 TEMPO DE ALFABETIZAÇÃO NA BNCC E NA PNA

Quanto ao tempo necessário para a alfabetização, os documentos analisados concordam que a alfabetização pode ser feita em dois anos e com a importância de começar a preparação para o processo já na Educação Infantil. Na BNCC, em linhas gerais, a expectativa é que as crianças assimilem a hipótese alfabética até o final do 1º ano do ensino fundamental, com o domínio do sistema alfabético da escrita, estando apto a ler e a escrever pequenos textos como bilhetes e cartas, porém, com o auxílio dos colegas ou dos docentes. Já no 2º ano, o foco é o aprofundamento das habilidades e da autonomia para a escrita, a leitura e a compreensão textual, momento em que se espera que as crianças já empreguem a grafia correta de palavras conhecidas na produção de pequenos textos, com destaque para o campo da vida cotidiana, “em que circulam gêneros mais familiares aos alunos, como as cantigas de roda, as receitas, as regras de jogo etc.” (BRASIL, 2018, p. 93). Assim, segundo a BNCC, “nesse conjunto de práticas, *nos dois primeiros anos* desse segmento (Ensino Fundamental), o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica.” (BRASIL, 2018, p. 63).

Na PNA, as orientações apontam para a necessidade de ofertar a toda criança as condições necessárias à alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. O documento associa o sucesso no processo de alfabetização ao nível socioeconômico das famílias e coloca na escola e,

principalmente, nas políticas públicas, o papel de minimizar a disparidade de aprendizagem entre as crianças de níveis sociais diferentes. Assim, a partir dessas considerações a PNA prevê que “é necessário ofertar a toda criança as condições que possibilitem aprender a ler e a escrever nos anos iniciais do ensino fundamental; daí a priorização da alfabetização no 1º ano como uma das diretrizes da PNA.” (BRASIL, 2019, p. 32). Neste sentido, a PNA está em consonância com o prescrito na BNCC, segundo a qual o processo básico de alfabetização pode dar-se em dois anos (no 1º e 2º ano do ensino fundamental).

Outro ponto em que os dois documentos concordam, é o fato de que o processo formal de alfabetização só deve ocorrer nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A respeito disso, a BNCC assim se reporta: “Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize.” (BRASIL, 2018 p. 89). O que está em consonância com o estabelecido na PNA, que propõe: “Embora na educação infantil a criança deva adquirir certas habilidades e competências relacionadas à leitura e à escrita, é no ensino fundamental que se inicia formalmente a alfabetização.” (BRASIL, 2019, p. 32).

Ainda, importante esclarecer que, em que pese a defesa tanto pela BNCC quanto pela PNA de o processo de alfabetização iniciar apenas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, também os dois documentos ressaltam a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento das habilidades e atitudes que predizem o bom rendimento na aprendizagem de leitura e escrita. (BRASIL, 2019, p. 32; BRASIL, 2018, p. 89).

Neste ponto, a título de esclarecimento, é válido trazer à discussão o entendimento equivocado de alguns especialistas⁶ quando alegam que a PNA incentiva o início do processo de alfabetização já na primeira infância (0 a 5 anos). Esses entendimentos podem levar algum alfabetizador a pensar que a PNA permite que se pense em metas de aprendizagem de alfabetização para crianças de 6 meses ou 1 ano de idade, por exemplo. No entanto, um olhar mais atento vai mostrar que o decreto não prevê a alfabetização formal na Educação Infantil, o que ele prevê para esta etapa é o trabalho oral como *preparação* para a alfabetização, a qual deve iniciar apenas no 1º ano do Ensino Fundamental. Isso porque é nessa fase da vida que a criança desenvolve a sua consciência na interação consigo e com os outros e adquire as habilidades e conhecimentos que favorecerão a alfabetização formal.

Com isso, a PNA reitera o que afirmam especialistas como Dehaene (2012) e Dangió e Martins (2018), em relação à importância do trabalho a ser realizado pela escola com a linguagem oral, visto que “a região planum temporale (hemisfério esquerdo) é ativado no bebê desde os primeiros meses de vida”. (Dehaene, 2012 apud Dangió e Martins, 2018, p. 134). Segundo esses especialistas, com esse mecanismo e sob a influência das relações sociais, o bebê começa a prestar atenção aos sons da língua que se fala ao seu redor e descarta os sons que não são úteis à língua, fator este necessário ao posterior processo de alfabetização.

6 Conforme pronunciamento da professora Maria do Rosário Mortatti em entrevista à Nova Escola, em 03/05/2019. De acordo com a professora, “o decreto permite que se pense em metas de aprendizagem de Alfabetização para crianças de 6 meses, 1 ano de idade.” [...] “O que está sendo feito é, informalmente, antecipar a Alfabetização com eufemismos”. Disponível em < <https://novaescola.org.br/conteudo/17139/entenda-as-polemicas-presentes-na-politica-nacional-de-alfabetizacao> >. Acesso em: 15/02/2022

5. CONCLUSÃO

O artigo ora finalizado apresentou elementos referentes à alfabetização constantes na Política Nacional de Alfabetização (PNA) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a saber, concepção, método e tempo de alfabetização. Apontou que, em relação à concepção de alfabetização e ao método a ser adotado, os dois documentos se contrapõem. A PNA aposta numa concepção de alfabetização baseada na ciência cognitiva da leitura e define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético. (BRASIL, 2019, p. 18). Decorrente da concepção de alfabetização adotada, elege um único método, o fônico, de marcha sintética, para o processo inicial de aprendizagem da leitura e da escrita. Nesses pressupostos o documento é referenciado por teóricos como Dehaene (2012; 2013), Scliar-Cabral (2013), entre outros.

A BNCC, por outro lado, concebe a alfabetização como um processo conceitual e contínuo, desenvolvido de forma concomitante dentro e fora da escola, sempre na perspectiva do letramento. Não prioriza um método de ensino, o que, conforme mencionado no decorrer do trabalho, é positivo, pois possibilita uma variedade de abordagens teóricas e metodológicas. Perspectiva esta defendida, entre outros, pela professora Magda Soares (2016; 2019; 2020), que há anos dedica-se ao estudo da alfabetização.

No que se refere ao tempo de alfabetização, mostramos que os dois documentos se complementam, pois embora a PNA priorize a alfabetização já no 1º ano do Ensino Fundamental, ambos concordam que o processo pode acontecer até o 2º ano. Além disso, também em comum, ressaltam a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento das habilidades e atitudes que predizem o bom rendimento na aprendizagem de leitura e escrita.

Assim, conforme discorremos antes, em que pesem alguns encontros e desencontros, todas as considerações trazidas na BNCC e na PNA são referenciadas por teóricos altamente respeitados quando o assunto é alfabetização. Sendo assim, apesar dos pontos divergentes, não seria prudente desconsiderar-se aquilo que cada um traz em suas linhas, pois, como os conhecimentos historicamente construídos têm mostrado, a ciência nem sempre chega à verdade absoluta. Contextos e épocas diferentes podem apresentar resultados diferentes.

Ainda, não se pode esquecer que o conceito de alfabetização não é homogêneo, principalmente quando tratado por documentos prescritivos, como o são a PNA e a BNCC. E isso tem consequências. Assim, conforme mencionamos antes, é fato que as políticas públicas nunca são neutras, pois se pautam pelos princípios, concepções e valores daqueles que as instituem. Nesse contexto, a educação muitas vezes torna-se palco de disputas e tensões.

Então, diante desse cenário, cabe ao professor habilidoso e responsável estar sempre atento à realidade de cada estudante, acompanhando seu desenvolvimento e verificando as suas necessidades, para, assim, buscar meios de aproveitar o “bom” que cada teoria ou cada política pública possa oferecer. E, dessa forma, respaldado em sua prática cotidiana no “chão da escola”, possa extrair o melhor para o exercício de seu ofício com excelência, garantindo às suas crianças a merecida inserção na sociedade letrada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**, 2019.
- CARVALHO, G. T. Grafema. Glossário Ceale. Minas Gerais. s/d. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/grafema>. Acesso em: 05 jul.2022.
- DANGIÓ, M.C.S; MARTINS, L. M. **A alfabetização sob o enfoque histórico-crítico**: contribuições didáticas. Campinas-SP: Autores Associados, 2018.
- DEHAENE, S. **A atividade da leitura modifica as redes corticais da visão e da linguagem verbal**. Letras de hoje, Porto Alegre, PUC-RS. Vol.48, n.1, p. 148-152. Jan./mar. 2013.
- DEHAENE, S. **Como o cérebro da criança aprende a ler na alfabetização?**, Youtube, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BmRDFaBYIWs>. Acesso em: 21 de jan.2022.
- FONTES, F. C. O. *et al.*, Alfabetização de crianças: dos métodos à alfabetização em uma perspectiva de letramento. **Anais V FIPED**. Campina Grande: Realize Editora, 2013. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/3639>>. Acesso em: 03 de jan. 2022.
- GODOY, A.S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. V.35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- LEAL, T.F. Concepção de alfabetização em documentos curriculares: comparação Brasil Argentina. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 160-189, jan./abr. 2022.
- LEMLE, M. **Guia Teórico do Alfabetizador**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2009.
- MACEDO, M.S A.N.; ALMEIDA, A.C.; TIBÚRCIO, A.P.A. **Práticas de alfabetização com crianças de seis anos no ensino fundamental**: diferentes estratégias, diferentes concepções. Cad. Cedes, Campinas, v. 37, n. 102, p. 219-236, maio-ago., 2017.
- MACIEL, F. I. P. **Política Nacional de Alfabetização é analisada em II Fórum Mineiro de Alfabetização**. Anais do II Fórum Mineiro de Alfabetização. Faculdade de Educação da UFMG no dia 3 de dezembro de 2019. Disponível em: <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/politica-nacional-de-alfabetizacao-e-analisada-em-iiforum-mineiro-de-alfabetizacao.html>>. Acesso em 12 de jan. de 2022.
- MONTEIRO, M. S. A concepção de Alfabetização na Política Nacional de Alfabetização/MEC/2019. In: Revista Brasileira de Alfabetização-ABAlf, v.1, n. 10, Edição Especial, 2019.
- MORTATTI, M.R.L. **História Dos Métodos De Alfabetização No Brasil**. (2006). Disponível:<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf> Acesso: 23 de fev. de 2022.
- NUNES, D.P.A. Língua Portuguesa – Letramento. In: TIERNO, G. **A Criança de 6 anos**: reflexões e Práticas. São Paulo: Editora Meca, 2008.
- PERES, P. **Política Nacional de Alfabetização**: entenda as polêmicas presentes na PNA. Nova Escola, 2019. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/17139/entenda-as-polemicas-presentes-na-politica-nacional-de-alfabetizacao>> Acesso em: 15 fev. 2022.
- SCLIAR- CABRAL . L. **A desmistificação do Método Global**. Letras de Hoje. Porto Alegre: PUC-RS, v. 48, n.1, p. 6-11, jan.\mar. 2013b.
- SILVA, S. C. O.; ARRUDA, S. C.; LEAL, T. F. **Professores alfabetizadores: o que dizem e o que Fazem**. Educação em Foco (Juiz de Fora). , v.18, p.243 - 268, 2013.

SILVA, E. T. *et al* (Org.). **Alfabetização no Brasil**: questões e provocações da atualidade. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRrZk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: jun. 2022.

_____. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo, SP: Contexto, 2016.

_____. **Educadoras comentam a Cartilha da Política Nacional de Alfabetização**. 2019. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/tematicas/educadoras-comentam-cartilha-do-programa-nacional-de-alfabetizacao>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

_____. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo, SP: Contexto, 2020.

Recebido em: 10/03/2023

Aceito em: 30/10/2023